

**NOME:** NAMBIKUARA

**POPULAÇÃO:** Estimada em 786 habitantes.

**LOCALIZAÇÃO:** Vale do Guaporé no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda.

**ÁREA:** EXTENSÃO: 243.000 hectares.

**SITUAÇÃO LEGAL:** Portaria nº 1125 /E/81 compreende a área indígena denominada Vale do Guaporé e se destina aos grupos: Wasusu, Waiksu, Alakatesu, Hahãitesu, Mamaendê e Negarote. Esta área não é totalmente nova, mas o prolongamento de três áreas já anteriormente decretadas e demarcadas, formando uma só área contígua .

A reserva Indígena Nambikuara foi criado através do decreto nº 63,368 de 08-10-1968 que criou a reserva. Já o decreto nº 73.221 de 28-11-1973 altera os limites da reserva. Uma área de aproximadamente 29,580 hectares também foram destinadas aos grupos: Sabanê, Tawandê, Manduka e Koglore, de acordo com a portaria nº 1126 /E/81 que se refere à área indígena Pirineus de Souza.

**TRONCO E FAMÍLIA LINGUÍSTICA:** NAMBIKUARA / NAMBIKUARA

**ASSISTÊNCIA:** FUNAI

**HISTÓRICO DO CONTATO:**

Os Nambikuaras foram conhecidos como "CABLIXIS", até início do presente século tendo mantido vários contatos com elementos da sociedade nacional desde o século XVIII.

Os primeiros contatos se deram por volta de 1731, com a descoberta do ouro na região entre a Chapada dos Pareias e o rio Guaporé. A região recebeu o nome de "Minas de Mato-Grosso", e aí surgiram três arraiais mineiros: São Francisco Xavier, Santana e Pilar que se localizavam entre os rios Sararé e Galera. Em 1748, foi criada, a capitania de Mato-Grosso, sendo capital fundada em 1752 com o nome de "Vila Bela", à margem direita do rio Guaporé, e que passou a se chamar "Mato-Grosso" após a transferência da capital para Cuiabá. Uma das primeiras referências aos índios dessa região, foi feita pelo bandeirante Antonio Pires de Campos, que em 1723, percorreu as nascentes do rio Juruena, mencionando os índios Caviás moradores nos vales dos rios que correm para o guaporé. Mas a invasão do território Nambikuara não se fez de forma contínua. Iniciou com a implantação do quilombo da chamada Aldeia Carlota. No início do século XX a população era de aproximadamente 20.000 habitantes.

Neste período (1907) começa pelo Marechal Rondon, a construção da linha telegráfica como forma de expansão nacional, o que vem acarretar na dizimação dos índios localizados perto da linha. Até 1909, além do nome Nambikwara, pouco se conhecia sobre os mesmos. Em fins do século XIX, começo deste, por volta de 1914, iniciou-se a fase dos contatos com os poaieiros, que exploraram a poaia existente entre a Chapada dos Paresis e o Vale do Guaporé. Posteriormente vieram os seringueiros que efetuaram vários massacres entre os índios da região.

Entre 1943 e 1968 a população indígena foi empregada como mão de obra na extração da borracha. Primeiro isto se dá oficialmente, a partir do convênio estabelecido entre o SPI e a Empresa Rubber Development Corporation, depois por sua própria conta do encarregado do Posto Indígena Pirineus de Souza.

Na década de 1960, com a abertura da estrada Cuiabá-Porto Velho (BR-364) poderosos grupos econômicos começam a se instalar suas fazendas no Vale do Guaporé, empregando milhares de peões, tratores e herbicidas, para a derrubada da mata e formação dos pastos. Em 1967 ocorre o trucidamento de 6 índios na área localizada entre o rio Ribeiro do Atoleiro e o rio Sararé. Esta área constava como sendo propriedade da Colonizadora Sul do Brasil. Segundo depoimento de ex-funcionários da Funai, Ramis Bucair, o extermínio dos índios Nambikwaras vinha de longa data, quando eram dizimados as dezenas por rajadas de metralhadoras. Em 1968, Paul David Pricce e Cecil E. Cook, Jr. - The Present Situation of the Nambikwara, é descrito o território Nambikwara como sendo limitado a leste pelo rio Guaporé ao sul próxima à cidade Vila Bela, ao norte com o grupo indígena Cinta Larga, à Oeste com os grupos: Rikbaktsa, Irantxe e Paresi. A extensão tradicional dos Nambikwaras era cerca de 5.500.000 hectares. Suas terras eram caracterizadas por dois tipos de vegetação: floresta e campo.

Mas o extermínio dos Nambikwaras se dá em larga escala a partir da gestão do general Bandeira de Mello na presidência da FUNAI, mediante fornecimento de Certidões Negativas de presença de índios, autorizando a implantação de projetos agropecuários.

Essas Certidões Negativas tem sido o aval do órgão de proteção aos índios para que os incentivos fiscais sejam aplicados, oficializando assim o extermínio do povo Nambikwara.

## CARACTERÍSTICAS CULTURAIS:

A tribo Nambikuara por estar dividida em vários grupos com nomes diferentes também se diferenciam um pouco na cultura, uso e costumes, mas mesmo assim eles tem muito em comum, como por exemplo a partilha dos produtos obtidos por eles.

As aldeias mais próximas mantêm relações sociais, partilhando os produtos agrícolas com os demais. Portanto, a movimentação entre as aldeias é fundamental para que se mantenha esta dinâmica social e a coesão da comunidade Nambikuara.

As instalações das fazendas no Vale do Guaporé vem interferir nesta organização social na medida em que impede a circulação dos grupos. Procedendo ao desmatamento da área, afasta a caça-alimentação básica dos índios, priva-os da coleta do mel e frutos silvestres, resultando assim na situação de subnutrição e miséria em que vivem.

Além deste padrão econômico no uso da terra, o fator religiosos também influencia. O Nambikuara acredita que a alma é a imagem do outro olho. Quando uma pessoa morre, morre esta imagem. Os restos mortais são enterrados no pátio da aldeia e a alma vai morar com os espíritos eternos nas cavernas. Todos os índios apesar do contato com a sociedade envolvente, ainda cultuam com muito amor a sua cultura, as tradições, festas, danças e a língua materna.

## PROBLEMÁTICA ATUAL: A ESTRADA

A partir da decisão governamental de pavimentar a BR-364, que liga Guiabá à Porto Velho, procurou-se definir um novo traçado para esta estrada.

A obra será financiada pelo Banco Mundial, cujas comitivas de reconhecimento já fizeram três visitas ao território de Rondônia e a Mato-Grosso. Sua proposta situava a estrada entre a Serra Ricardo Franco e o rio Guaporé, passando por :Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato-Grosso. Assim diziam que quase não prejudicariam às comunidades indígenas Nambikuara e beneficiaria inúmeros pequenos lavradores localizados naquela região fronteiriça. Porém, impõe-se agora um outro traçado baseado em projeto da companhia EULLER (Empresa de Planejamento e Assessoria) que localiza a estrada entre a Chapada dos Paredes e a Serra de São Vicente, isto é, passará por dentro do Vale do Guaporé. O projeto que beneficia exclusivamente as grandes agropecuárias, passa a 150 metros da aldeia :Sararé, a 500 metros da aldeia do grupo Wasusu, a 200 metros dos Walantesu. Isto é a vontade dos grupos econômicos que se apossaram do Vale do Guaporé. A construção desta estrada, através do Vale do Guaporé, representará a extinção

física e cultural do povo Nambikuara, pois afetará todo seu meio ambiente espantando a caça, destruindo suas cavernas sagradas, além das doenças que certamente virão devido ao contato forçado com a estrada.

A prova disto é que os Nambikuara já iniciaram uma reação à esta nova invasão do seu território. No dia 22 de abril de 1980, o grupo Sararé expulsou a golpes de borduna, o pessoal da EULLER (topógrafos e peões) e funcionários do Ministério do Interior que lá realizavam os estudos finais para a implantação da nova BR-364.

NOMES DOS GRUPOS NAMBIKUARA E SUA LOCALIZAÇÃO:

GRUPO NAMBIKUARA DA MATA OU VALE DO GUAPORÉ:

Hahaintesu

Alantesu

Waiksu

Alakatesu

Wasusu

Sararé

Halotesu

GRUPO NAMBIKUARA DO NORTE:

Latundê

Mamaendê

Negarotê

Sabanê

GRUPO NAMBIKUARA DO CAMPO:

Savantesu

Bacabal

Maxixe

Kitaulhú

Jataf

SITUAÇÃO DAS TERRAS DOS ÍNDIOS NAMBIKUARA

VALE DO GUAPORÉ: 243.000 hectares. Portaria nº 1.121 / E / 27 / 10 / 1981.

PIRINEUS DE SOUZA: 29.580 hectares. Portaria nº 1.126 / E / 27 / 10 / 1981.

SARARÉ : 68.000 hectares. Apenas Portarias de delimitação.

GRUPO NAMBIKUARA DO CERRADO

**NOME:** NAMBIKUARA

**POPULAÇÃO :** 192 habitantes

**LOCALIZAÇÃO:** Entre os rios Piolho e Pardo no município de Vila Bela da Santíssima Trindade à margem direita da BR-364 no cerrado.

**ÁREA:** EXTENSÃO - aproximadamente 29.580 hectares.

**SITUAÇÃO LEGAL** - A portaria 1126/E/81 refere-se a área indígena Pirineus de Souza e se destina aos grupos: Sabanê, Tawandê, Manduka e Koglore.

Trata-se de uma redifinição dos limites da área do Posto Indígena Pirineus de Souza existente desde o tempo do S.P.I.

**TRONCO E FAMÍLIA LINGUÍSTICA:** MACRO-JÊ/JÊ

**ASSISTÊNCIA:** FUNAI